

Justiça estagnada: caso de abuso sexual de menor de 15 anos sem julgamento quatro meses após audiência preliminar

- Mais de quatro meses após a realização da audiência preliminar, o processo-crime que envolve Julião João Siteo, cidadão moçambicano de 47 anos acusado da prática de actos sexuais com uma menor de 15 anos, continua sem data marcada para julgamento pelo Tribunal Judicial do Distrito de Infulene.



A audiência preliminar teve lugar a 11 de Abril de 2025, com a presença do arguido em tribunal. De então a esta parte, o processo permanece parado, sem qualquer avanço visível, num cenário que compromete os direitos da vítima e mina a celeridade da justiça.

O caso remonta a 29 de Março de 2024, quando Siteo foi detido por alegadamente manter relações sexuais reiteradas com a menor. As acusações são sustentadas por um relatório médico-forense e outros elementos probatórios constantes dos autos.

Apesar da gravidade dos factos, foi-lhe aplicada a medida de coação de Termo de Identidade e Residência (TIR), que acabou por ser violada quando o arguido abandonou a morada indicada, no Bairro de Ndlavela, Município da Matola, Província de Maputo. Como resposta, as autoridades aplicaram-lhe apenas uma multa, sem agravar a medida de coação ou emitir mandado de detenção.

Este tratamento indulgente tem gerado forte indignação entre membros da sociedade civil, activistas e organizações de defesa dos direitos humanos, que denunciam a falta de proporcionalidade e rigor no tratamento de casos de elevada gravidade e impacto social.

A combinação entre a natureza do crime, a violação das medidas impostas, a resposta judicial branda e a demora injustificada na tramitação processual reforça a percepção de impunidade e compromete a confiança pública no sistema de justiça penal.

O Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), que presta assistência jurídica à vítima, reitera o apelo à marcação urgente da audiência de julgamento, exigindo que o tribunal atue com a celeridade devida, em respeito pelos direitos da vítima e pelo dever do Estado de proteger os menores contra todas as formas de violência.



A combinação entre a natureza do crime, a violação das medidas impostas, a resposta judicial branda e a demora injustificada na tramitação processual reforça a percepção de impunidade e compromete a confiança pública no sistema de justiça penal.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Assistentes do Programa: Artur Malate; Sheila Wilson; Marcia Massosste; Florentina Cassabue.
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:

Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz

E-mail: info@cddmoz.org

Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

